



Art. 4º O empregado público deverá apresentar-se imediatamente ao órgão cedente, quando do seu retorno, conforme determina os arts. 4º e 6º da Orientação Normativa SEGEP/MP nº 4, de 12 de junho de 2015.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO FORTES MELRO FILHO

PORTARIA Nº 2.300, DE 20 DE JULHO DE 2016

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL, no uso da competência que lhe foi subdelegada nos termos do art. 4º da Portaria nº 204, de 07 de agosto de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 10 de agosto de 2015, deste Ministério, resolve:

Designar LUCINEA FERNANDES ALVES, matrícula SIAPE nº 1091198, CPF nº 764.669.811-34, para exercer o encargo de substituto eventual de Coordenador, código DAS-101.3 da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, da Subsecretaria de Assuntos Administrativos, da Secretaria Executiva deste Ministério, no período de 25 de julho de 2016 a 05 de agosto de 2016, atualmente ocupado por RUBENS CAVALCANTE DÁ SILVA.

FERNANDO FORTES MELRO FILHO

**SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS**

PORTARIA Nº 2.272, DE 15 DE JULHO DE 2016

A COORDENADORA - GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL - SUBSTITUTA, no uso das atribuições que lhe foram subdelegadas pela Portaria/SAAD nº 202, artigo 1º, inciso VII, de 08 de outubro de 2010, publicada no Diário Oficial de 11 de outubro de 2010, resolve:

Tornar sem efeito a Portaria COGEP nº 1.033, de 19 de abril de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 22 de abril de 2016, que tornou sem efeito a aposentadoria da ex-servidora MARIANA MARCIA COSTA WICHROWSKI, tendo em vista que aposentada interposto pedido de reexame junto ao Tribunal de Contas da União - TCU contra o Acórdão nº 1936/2016-TCU que tornou ilegal a sua aposentadoria, sendo o exame de admissibilidade do recurso interposto acolhido pela autoridade competente.

LÚCIA MARIA DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 2.273, DE 15 DE JULHO DE 2016

A COORDENADORA - GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL - SUBSTITUTA, no uso das atribuições que lhe foram subdelegadas pela Portaria/SAAD nº 202, artigo 1º, inciso VII, de 08 de outubro de 2010, publicada no Diário Oficial de 11 de outubro de 2010, resolve:

Tornar sem efeito a Portaria COGEP nº 1.034, de 19 de abril de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 22 de abril de 2016, que tornou sem efeito a aposentadoria da ex-servidora RITA DE CÁSSIA CHAVES DIAS DA SILVA, tendo em vista que aposentada interposto pedido de reexame junto ao Tribunal de Contas da União - TCU contra o Acórdão nº 1936/2016-TCU que tornou ilegal a sua aposentadoria, sendo o exame de admissibilidade do recurso interposto acolhido pela autoridade competente.

LÚCIA MARIA DE OLIVEIRA

PORTARIAS DE 21 DE JULHO DE 2016

A COORDENADORA-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL - SUBSTITUTA, no uso das atribuições que lhe foram subdelegadas pela Portaria/SAAD nº 202, art. 1º, inciso VII, de 08 de outubro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 11 de outubro de 2010, resolve:

Nº 1.804 - Retificar a portaria CGRH-MT nº 3.210, de 20 de setembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 22 de setembro de 2011, Seção 02, Pagina 48, referente à senhora ADALTINA FERNANDES MARES. Onde se lê "50% (cinquenta por cento)", leia-se "100% (cem por cento)" e onde se lê "a partir de 01 de janeiro de 1991, com prescrição quinzenal em 10 de maio de 1988, data do requerimento", leia-se "a partir de 01 de janeiro de 1991". (Processo n.º 50000.005284/1995-05) - RJ;

Nº 1.805 - Retificar a portaria CGRH-MT nº 3.211, de 20 de setembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 22 de setembro de 2011, Seção 02, Pagina 49, referente à senhora MARIA DE LOURDES FERNANDES MARES. Onde se lê "a partir de 01 de janeiro de 1991, com prescrição quinzenal em 10 de maio de 1988, data do requerimento", leia-se "a partir de 07 de novembro de 1995, data da inclusão, (Habilitação Tardia), alterando-se a partir da presente data a cota parte da senhora Adaltina Fernandes Mares para 50% (cinquenta por cento)". (Processo n.º 50000.005284/1995-05) - RJ.

LUCIA MARIA DE OLIVEIRA

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

PORTARIAS DE 21 DE JULHO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso das atribuições que lhe confere no art. 26 do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 3.000, publicada no DOU de 18 de fevereiro de 2009, e alterações posteriores, e tendo em vista o disposto do inciso I, do art. 35, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Nº 290 - Exonerar FABIO ROGERIO TEIXEIRA DIAS DE ALMEIDA CARVALHO, matrícula SIAPE nº 2304635, do Cargo Comissionado de Superintendente de Tecnologia, Informação e Conhecimento, Código CGE I, desta Agência.

Nº 291 - Exonerar JANICE CABUS, matrícula SIAPE nº 2288935, do Cargo Comissionado de Gerência Executiva, Código CGE IV, desta Agência.

Nº 292 - Exonerar ROZANGELA GASPARINI FREIRE ARAÚJO, matrícula SIAPE nº 1498471, do Cargo Comissionado Técnico, Código CCT V, desta Agência.

JORGE BASTOS

PORTARIAS DE 21 DE JULHO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso das atribuições que lhe confere no art. 26 do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 3.000, publicada no DOU de 18 de fevereiro de 2009, e alterações posteriores, e tendo em vista o disposto do inciso II, do art. 9º, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Nº 293 - Nomear FELIPE FREIRE DA COSTA, matrícula SIAPE nº 2517756, para exercer o Cargo Comissionado Técnico, Código CCT V, desta Agência, ficando exonerado do cargo que atualmente ocupa.

Nº 294 - Nomear HELTON FRANÇA CARNEIRO, matrícula SIAPE nº 1572205, para exercer o Cargo Comissionado Técnico, Código CCT V, desta Agência, ficando exonerado do cargo que atualmente ocupa.

Nº 295 - Nomear HENRIQUE DE SÁ VASCONCELOS, matrícula SIAPE nº 2081691, para exercer o Cargo Comissionado Técnico, Código CCT IV, desta Agência.

Nº 296 - Nomear JOSIAS SAMPAIO CAVALCANTE JUNIOR, matrícula SIAPE nº 1680761, para exercer o Cargo Comissionado Técnico, Código CCT IV, desta Agência.

Nº 297 - Nomear MARCELO BRUTO DA COSTA CORREIA, matrícula SIAPE nº 2698033, para exercer o Cargo Comissionado, Código CGE I, desta Agência, ficando exonerado do cargo que atualmente ocupa.

Nº 298 - Nomear RODRIGO OCTAVIO LEONIDAS KAHN DA SILVEIRA, matrícula SIAPE nº 1380496, para exercer o Cargo Comissionado Técnico, Código CCT IV, desta Agência.

Nº 299 - Nomear YOSHIHIRO LIMA NEMOTO, matrícula SIAPE nº 2459846, para exercer o Cargo Comissionado de Gerente de Política Regulatória e Relacionamento com o Mercado, da Superintendência Executiva, Código CGE II, desta Agência, ficando exonerado do cargo que atualmente ocupa.

JORGE BASTOS

PORTARIA Nº 300, DE 21 DE JULHO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso das atribuições que lhe confere no art. 26 do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 3.000, publicada no DOU de 18 de fevereiro de 2009 e alterações posteriores, e tendo em vista o que consta na Portaria PRG nº 001, de 02 de outubro de 2014, resolve:

Designar o Procurador Federal RODRIGO OCTAVIO LEONIDAS KAHN DA SILVEIRA, matrícula SIAPE nº 1380496, para exercer o encargo de Chefe da Divisão de Outorgas, da Coordenação-Geral de Matéria Finalística, no âmbito da Procuradoria-Geral da ANTT.

JORGE BASTOS

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

PORTARIA Nº 1.316, DE 21 DE JULHO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 24, da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto nº 8.489, de 10 de julho de 2015, publicado no DOU, de 13 de julho de 2015, e o artigo 178, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução/CA nº 26, de 05/05/2016 e publicada no DOU, de 12/05/2016, e tendo em vista o constante no processo nº 50600.019489/2016-78, resolve:

Art. 1º DESIGNAR o seguinte suplente de membro da JARI, para integrar a Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI/DNIT/AL, designada através da Portaria nº 310, de 17 de dezembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União, de 18 de dezembro de 2014.

I - Integrante com conhecimento na Área de Trânsito - DPRF.

Suplente do Membro: DANIEL BELTRÃO UCHOA

Art. 2º O mandato dos membros da JARI/DNIT/AL, designados através da Portaria nº 310, de 17 de dezembro de 2014, está fixado em dois anos contados a partir da publicação da respectiva Portaria no Diário Oficial da União.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

VALTER CASIMIRO SILVEIRA

Ministério Público da União

ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

PORTARIA Nº 60, DE 18 DE JULHO DE 2016

A PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º Designar, para compor grupo de trabalho, pelo prazo de 6 (seis) meses, com o objetivo de auxiliar o Procurador-Geral da República na análise dos desdobramentos relacionados às investigações levadas a efeito pela força-tarefa designada pela Portaria PGR/MPF nº 217, de 3 de abril de 2014, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, p. 61, de 7 de abril de 2014, em trâmite no Supremo Tribunal Federal, os seguintes membros do Ministério Público:

I - Membros efetivos:

ANNA CAROLINA RESENDE MAIA GARCIA

DANIEL DE RESENDE SALGADO

DOUGLAS FISCHER

MELINA CASTRO MONTOYA FLORES

PEDRO JORGE DO NASCIMENTO COSTA

RAFAEL RIBEIRO RAYOL

RONALDO PINHEIRO DE QUEIROZ

SERGIO BRUNO CABRAL FERNANDES

WILTON QUEIROZ DE LIMA.

II - Membros colaboradores:

ANDREY BORGES DE MENDONÇA

BRUNO FREIRE DE CARVALHO CALABRICH

FABIO MAGRINELLI COIMBRA

MARCELLO PARANHOS DE OLIVEIRA MILLER

RODRIGO TELLES DE SOUZA.

§ 1º Enquanto perdurarem suas atividades, o grupo de trabalho integrará a estrutura da Secretaria de Apoio Jurídico do Gabinete do Procurador-Geral da República.

§ 2º Aos membros efetivos aplica-se o regime do art. 2º, I, da Portaria PGR/MPU nº 825, de 14 de novembro de 2013.

Art. 2º A coordenação jurídica do grupo será exercida pelo Procurador Regional da República DOUGLAS FISCHER, e a coordenação da investigação será exercida pelo Promotor de Justiça SERGIO BRUNO CABRAL FERNANDES.

Art. 3º Ficam delegadas aos membros do grupo de trabalho as seguintes atribuições:

I - realizar oitivas e participar de outros atos de produção de prova que se fizerem necessários;

II - participar de audiências judiciais, relativas a feitos da "Lava Jato", presididas por juízes auxiliares ou instrutores dos Ministros do Supremo Tribunal Federal;

III - responder a expedientes ordinários encaminhados ao grupo de trabalho;

IV - requisitar informações e documentos de interesse das investigações desenvolvidas pelo grupo de trabalho;

V - firmar colaborações premiadas.

Parágrafo único. As delegações constantes dos incisos III e IV deste artigo não se aplicam às autoridades referidas no § 4º do art. 8º da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.

Art. 4º Ficam revogadas as Portarias PGR/MPU nº 3, de 19 de janeiro de 2015; nº 5, de 26 de janeiro de 2015; nº 35, de 6 de maio de 2015; bem como as Portarias PGR/MPF nº 88, de 15 de fevereiro de 2016, e nº 132, de 3 de março de 2016.

ELA WIECKO VOLKMER DE CASTILHO

PORTARIA Nº 583, DE 20 DE JULHO DE 2016

A PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 18, parágrafo único, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e tendo em vista o contido no Ofício nº 98/2016 - PRR1/NAO/COORDENAÇÃO, de 11 de maio de 2016, da Procuradoria Regional da República da 1ª Região, resolve:

Designar o Procurador Regional da República JOSÉ ALFREDO DE PAULA SILVA, lotado na Procuradoria Regional da República da 1ª Região, para atuar na Notícia de Fato nº 1.01.000.000125/2016-12, bem como nos feitos dela decorrentes.

ELA WIECKO VOLKMER DE CASTILHO

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL****PORTARIA Nº 678, DE 20 DE JULHO DE 2016**

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo artigo 6º, inciso XXXII, da Portaria PGR/MPF nº 382, de 5 de maio de 2015, e tendo em vista o disposto nos artigos 35, incisos I e II, e 62 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

1. Dispensar, a pedido, KELTON DE OLIVEIRA GOMES, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Admistração, matrícula nº 12835, da função de confiança de Secretário Nível II, FC-2, do Gabinete do Subprocurador-Geral da República Antônio Carlos Simões Martins Soares.

2. Exonerar LOURRAYNE GARCIA, ocupante do cargo de Analista do MPU/Apoio Jurídico/Direito, matrícula nº 23851, para exercer em comissão de Assessor-Chefe Nível II, CC-2, da Assessoria de Análise de Infrações e Sanções Administrativas, da Secretaria de Administração do Ministério Público Federal.

3. Designar KELTON DE OLIVEIRA GOMES, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Admistração, matrícula nº 12835, para exercer a função de confiança de Secretário Nível II, FC-2, do Gabinete da Subprocuradora-Geral da República Maria das Mercês de Castro Gordilho Aras, em vaga decorrente da dispensa de Claudia Moreira Ribeiro, matrícula nº 20689, ocorrida em 05 de julho de 2016, publicada no DOU de 06 de julho de 2016.

4. Designar LOURRAYNE GARCIA, ocupante do cargo de Analista do MPU/Apoio Jurídico/Direito, matrícula nº 23851, para exercer a função de confiança de Secretário Nível II, FC-2, do Gabinete do Subprocurador-Geral da República Antônio Carlos Simões Martins Soares.

BLAL YASSINE DALLOUL

PORTARIA Nº 679, DE 20 DE JULHO DE 2016

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo artigo 6º, inciso XXXII, da Portaria PGR/MPF nº 382, de 5 de maio de 2015, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, inciso II, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Nomear ROBERTO CAMPOS ALCANTARA, ocupante do cargo de Analista do MPU/Apoio Jurídico/Direito, matrícula nº 13940, para exercer o cargo em comissão de Assessor Nível V, CC-5, da Assessoria Jurídica do Vice-Procurador Geral da República, em vaga decorrente da exoneração de Edna Cardoso dos Santos, matrícula nº 3401, ocorrida em 1º de fevereiro de 2016, publicada no DOU de 10 de fevereiro de 2016.

BLAL YASSINE DALLOUL

PORTARIA Nº 683, DE 21 DE JULHO DE 2016

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 6º, inciso II, do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria SG/MPF nº 382, de 05/05/2015, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo MPF/PGR nº 1.000.010346/2016-36, resolve:

Conceder pensão civil temporária a WALESKA DE ALMEIDA ESTEVES, na condição de filha maior inválida, a contar de 16/06/2016, data do falecimento da servidora aposentada MARIA JOSÉ RAMOS DE ALMEIDA, matrícula nº 9225, Técnico do MPU/Apoio Administrativo/Admistração, código TC-010101, Classe C, Padrão 13, com fundamento no art. 40, §7º, inciso I, da Constituição Federal, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, publicada no DOU de 31/12/2003, cabendo à beneficiária a pensão temporária integral equivalente à remuneração a que fazia jus a instituidora, calculada na forma estabelecida pelo art. 2º, inciso I, da Lei nº 10.887, de 18/06/2004, observado o disposto no art. 15 da mesma Lei, na redação conferida pelo art. 171 da Lei nº 11.784, de 22/09/2008, e nos arts. 215 e 217, inciso II, alínea a, da Lei nº 8.112, de 11/12/1990, na redação dada pela Lei nº 13.135, de 17/06/2015.

BLAL YASSINE DALLOUL

PORTARIA Nº 685, DE 21 DE JULHO DE 2016

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 6º, inciso II, do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria SG/MPF nº 382, de 05/05/2015, e tendo em vista o que consta do Procedimento de Gestão Administrativa MPF/PR-SC nº 1.33.000.001443/2016-97, resolve:

Art. 1º Conceder aposentadoria voluntária, com proventos integrais, à servidora CELITA PICKLER OENNING, matrícula nº 4307-9, Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Admistração, código TC 010101, Classe C, Padrão 13, da Carreira de Técnico do Ministério Público da União, com fundamento no art. 3º, incisos I, II e III e parágrafo único, da Emenda Constitucional nº 47, de 05/07/2005, combinado com o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, em consonância com o art. 186, inciso III, alínea "a", da Lei nº 8.112, de 11/12/1990, aplicando-se a vantagem do art. 62-A, da mesma Lei, acrescido pelo art. 3º da Medida Provisória nº 2.225-45, de 04/09/2001, publicada no DOU de 05/09/2001, e a vantagem do art. 2º da Lei nº 8.911/1994, em consonância com o Acórdão nº 2076/2005 - Plenário - Tribunal de Contas da União.

Art. 2º Declarar vago o referido cargo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BLAL YASSINE DALLOUL

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS**PORTARIA Nº 250, DE 21 DE JULHO DE 2016**

A SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria SG/MPF nº 497, de 3 de junho de 2015, e tendo em vista o disposto no artigo 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Designar MICHELLI MORONI RABUSKE, ocupante do cargo de Analista do MPU/Saúde/Psicologia, matrícula nº 25872, para substituir, no período de 18 a 27 de julho de 2016, o Chefe da Divisão de Saúde Psicossocial, CC-2, da Secretaria de Serviços Integrados de Saúde do Ministério Público Federal, por motivo de férias do titular.

ELOÁ TODARELLI JUNQUEIRA

PORTARIA Nº 252, DE 21 DE JULHO DE 2016

A SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 1º, da Portaria SG/MPF nº 497, de 3/6/2015, e tendo em vista o constante no Processo Administrativo nº 1.20.000.000824/2016-15, resolve:

Declarar vago, por motivo de posse em outro cargo público inacumulável, a partir de 08 de junho de 2016, o cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Tecnologia da Informação e Comunicação, classe A, padrão 2, da carreira de Técnico do Ministério Público da União, ocupado pelo servidor ELTON VINICIUS BILHALVA SOUSA, matrícula nº 26762, nos termos do art. 33, inciso VIII, da Lei nº 8.112, de 11/12/1990.

ELOÁ TODARELLI JUNQUEIRA

**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO
DE MINAS GERAIS****PORTARIA Nº 361, DE 19 DE JULHO DE 2016**

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso da competência prevista pela Portaria PGR/MPF nº 357, de 05 de maio de 2015, resolve:

Dispensar, a partir de 02/07/2016, MANOEL RICARDO MONTEIRO, matrícula 20901-5, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Admistração, da função de confiança de Coordenador de PRM - Nível I, Código FC-3, da Procuradoria da República no Município de Montes Claros no Estado de Minas Gerais.

BRUNO NOMINATO DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 365, DE 21 DE JULHO DE 2016

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso da competência prevista pela Portaria PGR/MPF nº 357, de 05 de maio de 2015, resolve:

Designar ALEXANDRA DAS NEVES MARQUES, matrícula 22135-0, Analista do MPU/Apoio Técnico-Especializado/Gestão Pública, para exercer o encargo de substituto do Secretário Estadual, código CC-4, da Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, no período de 25 a 27/07/2016, em virtude de gozo de Banco de Horas do titular e de Licença Capacitação do substituto eventual designado.

BRUNO NOMINATO DE OLIVEIRA

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL****PORTARIA Nº 479, DE 21 DE JULHO DE 2016**

O PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 91, XXI, da Lei Complementar nº 75, de 20/5/1993,

CONSIDERANDO a decisão interlocutória na Ação Ordinária nº 0034917-06.2016.401.3400/DF, que deferiu o pedido de antecipação dos efeitos da tutela para determinar a imediata remoção da Procuradora do Trabalho Thais Fidelis Alves Bruch para a Procuradoria do Trabalho no Município de Ponta Grossa/PR, resolve:

Art. 1º Remover, em caráter sub judice, a Procuradora do Trabalho Thais Fidelis Alves Bruch para a Procuradoria do Trabalho no Município de Ponta Grossa/PR, para acompanhamento de cônjuge, com período de trânsito de 10 (dez) dias, a partir da publicação da presente Portaria.

Art. 2º Determinar a alteração da situação do 2º Ofício Geral da Procuradoria do Trabalho no Município de Criciúma/SC para "2º Ofício Geral, provido pela Procuradora do Trabalho THAIS FIDELIS ALVES BRUNCH com atuação no primeiro grau e designação suspensa, mediante lotação provisória na Procuradoria do Trabalho no Município de Ponta Grossa/PR, em cumprimento à tutela antecipada em sede liminar deferida nos autos da Ação Ordinária nº 0034917-06.2016.401.3400/DF".

RONALDO CURADO FLEURY

**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO
DA 1ª REGIÃO****PORTARIA Nº 271, DE 21 DE JULHO DE 2016**

O PROCURADOR-CHEFE SUBSTITUTO DA PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO, no uso das suas atribuições legais, considerando o disposto no artigo 14 da Portaria PRT-1ª nº 83, de 17 de março de 2015, resolve:

Designar para atuar nas sessões dos órgãos fracionários do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, durante o mês de agosto de 2016, os Membros a seguir indicados:

I - 1ª Turma: Lisyane Chaves Motta, Procuradora Regional do Trabalho. Substituto: José Antônio Vieira de Freitas Filho, Procurador Regional do Trabalho;

II - 2ª Turma: José Antônio Vieira de Freitas Filho, Procurador Regional do Trabalho. Substituta: Lisyane Chaves Motta, Procuradora Regional do Trabalho;

III - 3ª Turma: José Claudio Codeço Marques, Procurador do Trabalho. Substituta: Inês Pedrosa de Andrade Figueira, Procuradora Regional do Trabalho;

IV - 4ª Turma: Inês Pedrosa de Andrade Figueira, Procuradora Regional do Trabalho. Substituto: José Claudio Codeço Marques, Procurador do Trabalho;

V - 5ª Turma: André Luiz Riedlinger Teixeira, Procurador do Trabalho. Substituto: Adriano de Alencar Saboya, Procurador do Trabalho;

VI - 6ª Turma: Adriano de Alencar Saboya, Procurador do Trabalho; Substituto: André Luiz Riedlinger Teixeira, Procurador do Trabalho;

VII - 7ª Turma: Aída Glanz, Procuradora Regional do Trabalho. Substituto: Luiz Eduardo Aguiar do Valle, Procurador Regional do Trabalho;

VIII - 8ª Turma: Luiz Eduardo Aguiar do Valle, Procurador Regional do Trabalho. Substituta: Aída Glanz, Procuradora Regional do Trabalho;

IX - 9ª Turma: Daniela Ribeiro Mendes, Procuradora Regional do Trabalho. Substituto: Márcio Octávio Vianna Marques, Procurador Regional do Trabalho;

X - 10ª Turma: Márcio Octávio Vianna Marques, Procurador Regional do Trabalho. Substituta: Daniela Ribeiro Mendes, Procuradora Regional do Trabalho;

XI - Seção Especializada em Dissídios Individuais: Marcio Vieira Alves Faria, Procurador Regional do Trabalho. Substituto: Reginaldo Campos da Motta, Procurador Regional do Trabalho;

XII - Seção Especializada em Dissídios Coletivos: Deborah da Silva Felix, Procuradora Regional do Trabalho. Substituta: Mônica Silva Vieira de Castro, Procuradora Regional do Trabalho.

JOÃO BATISTA BERTHIER LEITE SOARES

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 256, de 24 de junho de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 121, seção 2, pag. 49, com circulação em 27 de junho de 2016: Inciso IV: Onde se lê: "Juliane Mombelli, Procuradora do Trabalho (25 de julho a 29 de julho)"; Leia-se: "Luciana Tostes de Guadalupe e Silva, Procuradora do Trabalho (25 de julho a 29 de julho)".

**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO
DA 2ª REGIÃO****PORTARIA Nº 132, DE 20 DE JULHO DE 2016**

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA SEGUNDA REGIÃO, no uso das atribuições legais que lhe foram conferidas pela Portaria nº 142, de 20.03.2013, do Exmº. Sr. Procurador-Geral do Trabalho, nos termos do item II do art. 92 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e pelas Portarias da PGT nº 673/2014 e nº 674/2014, além do disposto no Ato Conjunto PGR/CASMPU nº 1/2014, na Instrução Normativa SG/MPU nº 1/2014 e na Portaria PRT2ª nº 133/2014, resolve:

Art. 1º - Revogar a Portaria PRT2 nº 127, de 11/07/2016, publicada no DOU, Seção 2, de 14/07/2016, tendo em vista a Portaria PGT nº 461, de 13/07/2016, publicada na mesma data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data. Publique-se.

ERICH VINICIUS SCHRAMM